

Rumo ao Quarto Mundo

ANTÔNIO CARLOS GERMANO GOMES

A Associação Brasileira de Engenharia Sanitária congrega entre seus associados engenheiros, arquitetos, agrônômicos, empresas estaduais de saneamento, ecologistas, departamentos municipais, fabricantes de equipamentos e materiais para saneamento e empresas de consultoria e projeto.

Possui a Abes, como é mais conhecida, extenso currículo de luta pela proteção ambiental e pelo saneamento básico.

O termo saneamento básico foi introduzido no Brasil por Celso Furtado, que pretendia naquela oportunidade separar o abastecimento de água e o sistema de captação e tratamento de esgoto dos demais segmentos do saneamento (vacinação, controle biológico de endemias, coleta de lixo, aterros sanitários etc.), visando a dar a estes dois segmentos, água e esgoto, um tratamento preferencial, isto no final da década de 50.

Lamentavelmente, com a criação do BNH pelos governos militares, o saneamento básico ficou vinculado a um plano denominado Planasa (Plano Nacional de Saneamento), que visava a captar recursos internos e externos para emprestar às Companhias Estaduais de Água e Esgoto, com juros diferenciados (exemplo: 3% para alguns Estados do Nordeste e 9% para São Paulo), mais a correção monetária, e com isto viabilizar financiamentos para a infraestrutura de saneamento.

Ocorre que este sistema não poderia dar certo, como de fato não deu. Buscou-se tratar a questão de saneamento básico, que é uma questão de saúde pública, como se fosse uma simples atividade financeira, que exigisse retorno lucrativo para sua continuidade. Não perceberam os governantes de então que um dólar aplicado no saneamento básico significava até 30 ou 40 dólares de economia

de investimento em hospitais e outros gastos com saúde pública, sem contar que a mortalidade infantil caiu até 80% quando se instala rede de água e de esgoto.

Além disto, as tarifas de água deveriam ser previstas para apenas a manutenção e despesas diretas do tratamento e distribuição de água e das redes de esgoto, e não para inteiramente cobrir os investimentos.

No entanto, colocando-se as tarifas dentro da realidade social, as empresas de saneamento nunca tiveram meios de se sustentar, ficando sempre a débito e portanto sem crédito para novos empréstimos e impossibilitadas de fazer novos investimentos, necessários a garantir água à população.

Com o fim do BNH, a questão de saneamento tornou-se uma mera carteira dentro da Caixa Econômica Federal, e o Governo que se diz "Tudo pelo social" foi o que mais atrasou (nos últimos trinta anos) o desenvolvimento do saneamento básico no Brasil.

Hoje, cada Estado tenta, na medida do possível, criar condições de financiamento, buscando até no exterior meios para financiar seus projetos, o que nem sempre é possível, apesar de o Banco Mundial ter a melhor boa vontade e tentar até relevar nossa péssima fama no mercado financeiro internacional. Pouco tem sido obtido.

A questão das Prefeituras que cuidam de seus próprios sistemas também não é das mais fáceis. As tarifas nunca cobrem o investimento. Quando muito, pagam a manutenção e demais despesas de custeio. Logo, com o passar do tempo cria-se um fosso entre o necessário e o disponível. Além disto, as Prefeituras de cidades industrializadas, e mais populosas, passam pelo desafio de tratar o esgoto doméstico, investimento caríssimo, do qual não se tem nenhuma receita.

Durante a Constituição, a Abes e diversas outras entidades tentaram colocar a questão do saneamento com algum privilégio dentro da nova Constituição. No entanto, os deputados e senadores entendiam que se houvesse lei suficiente para o "meio ambiente" a questão do saneamento estaria resolvida (ingenuidade ou má vontade?).

É necessário que se entenda: saneamento básico é necessidade fundamental para a saúde pública, para o bem-estar da população: não pode ser visto como um investimento de resultado financeiro visível.

Ou os governantes, deputados e senadores que têm tanto poder agora, e principalmente Presidentes e Ministros, passam a encarar com seriedade esta questão, ou teremos o caos, refletido em doenças endêmicas (que já estão voltando, e supunha-se erradicadas), em altas taxas de mortalidade infantil e queda ainda mais acentuada da qualidade de vida de nosso povo.

É preciso ação imediata, e que a mesma sociedade que está reivindicando proteção ao meio ambiente, reivindique ainda com mais ênfase melhor saneamento básico.

No Brasil, onde aparece verbas para hidrelétricas, para compra de aviões tipo caça, para ferrovias Norte-Sul, precisamos que se priorize verbas para que o povo possa beber água de qualidade, e não seja infectado pelos dejetos de esgoto a céu aberto.

Ou invertamos esta situação ou os 70 milhões de habitantes carentes de saneamento terão um nível de vida tão baixo que deixaremos de ser um País de Terceiro Mundo, para passarmos para o Quarto Mundo, comparável apenas às mais miseráveis nações da África.